

Como citar: FERREIRA, Ramon Castellano. *O Lugar Cativo de um Guesa Errante: o projeto republicano de Sousândrade e a narrativa d'O Guesa*. In: Revista Digital Simonsen. Rio de Janeiro, n.3, Nov. 2015. Disponível em: <www.simonsen.br/revistasimonsen>

História

O LUGAR CATIVO DE UM GUESA ERRANTE: O PROJETO REPUBLICANO DE SOUSÂNDRADE E A NARRATIVA D'O GUESA

Por: Ramon Castellano Ferreira¹

Apresentação

Joaquim de Sousandrade nasceu no Maranhão em 1832 e aí faleceu em 1902. Filho de uma família aristocrática em decadência, o poeta e escritor republicano teve uma vida atribulada e andou por diferentes paragens, o que não obistou o seu trânsito entre a elite maranhense da época. O poeta permaneceu no continente europeu² entre os anos de 1854 e 1856, tendo estudado engenharia na Sorbonne em Paris³. No final da

década de 50, fez uma viagem pelos rios Amazonas e Solimões, onde manteve contato com as populações indígenas ribeirinhas. Em 1871, partiu junto de sua filha para Nova Iorque, retornando ao Brasil em 1878, de onde saiu em viagem rumo à América Hispânica, visitando o Peru e o Chile. Depois desta viagem, Sousândrade voltou aos Estados Unidos, onde atuou como vice-presidente do periódico de linha positivista *O Novo Mundo* até 1885, quando retornou definitivamente ao Maranhão e passou a atuar ferrenhamente na

¹ Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense. Pesquisador e colaborador do GELHIS (Grupo de Estudo da Licenciatura em História). Email: ramon_castelano@hotmail.com

² No Canto VII d'*O Guesa* há indicações da estada do poeta no continente europeu. Além desse dado, Camilo Castelo Branco, contemporâneo de Sousândrade, no livro *Cancioneiro Alegre* diz o seguinte sobre o período em que o poeta maranhense esteve na Europa: "Sousa Andrade peregrina na Europa há bastantes anos com muito gênio, isso eu juro, e com muito dinheiro, iria também jurá-lo. Esteve em Sintra, em Londres, em França, morou em Auteuil" (1973, p. 109).

³ O fato de o poeta ter estudado engenharia na França poderia ser tomado na argumentação do presente artigo como um indício muito forte a ser considerado em relação à participação de Sousândrade na campanha republicana haja vista ter sido o movimento republicano impulsionado sobretudo pela Academia Militar em fins do século XIX no Brasil. Embora a mentalidade cientificista estivesse presente nas faculdades de direito e medicina, foi na Escola militar que a engenharia, a matemática e as ciências se tornaram hegemônicas. No entanto, a escassez de fontes relacionadas a este fato não nos permite tecer esta relação de modo satisfatório.

campanha republicana através da imprensa.

Em uma de suas edições, *O Guesa*, obra de nítido caráter autobiográfico, recebeu o nome de *Guesa Errante*. No que diz respeito ao qualificativo “errante” como sinônimo de marginal, pode-se relativizá-lo, pois, se Sousândrade não pertenceu ao grupo de intelectuais que cercava D. Pedro II, não deixou, entretanto, de fazer parte da elite maranhense, onde gozava de enorme prestígio social e transitava com facilidade. Além disso, se o poeta não participou do projeto de construção de uma memória coletiva no âmbito do Estado Imperial, não deixou, por outro lado, de compactuar com seus ideais de progresso e superioridade europeia, sobretudo no que diz respeito ao tratamento dispensado aos povos indígenas⁴.

Em 1902 o poeta publicou um Canto Epílogo para o poema. Neste Canto, figuras importantes envolvidas na deposição da Monarquia, tais como Deodoro da Fonseca e Benjamim Constant, ganharam destaque. Ainda que não seja utilizada no presente artigo, a publicação deste epílogo indica que Sousândrade encarava o poema épico *O Guesa* como uma narrativa importante para a afirmação de seu projeto de nação. Por fim, cabe notar que as datas presentes nos Cantos do poema referem-se não ao seu ano de publicação, mas ao período em que os fatos narrados aconteceram.

No presente artigo, iremos analisar o modo pelo qual o Maranhão foi incluído no projeto de construção da nação soberana brasileira em termos modernos, dando ênfase à atuação de Sousândrade na província de meados para fins do século XIX, momento de consolidação e queda da Monarquia Constitucional.

Traremos à baila a rede de sociabilidade pela qual Sousândrade transitou no Maranhão no período em questão. Para tal finalidade, iremos identificar e relacionar os agradecimentos, menções, dedicatórias e homenagens presentes no corpo dos artigos jornalísticos escritos pelo poeta, analisando o conteúdo dos mesmos a fim de verificar quais ideias foram propugnadas por Sousândrade durante sua participação na campanha republicana na província do Maranhão através da imprensa, espaço público institucional de grande importância para o fortalecimento da opinião pública da época, local onde as refregas ideológicas e simbólicas foram travadas acirradamente, sobretudo a partir da década de 80, quando do fortalecimento das campanhas abolicionista e republicana. Por fim, iremos tratar do projeto apresentado por Sousândrade de constituição da Universidade Nova Atenas, a qual deveria contar com uma cadeira de Direito Indígena.

Os artigos jornalísticos escritos por Sousândrade que serão utilizados na

⁴ Esta questão será apontada no final do presente artigo quando formos tratar do projeto de criação de uma

universidade que o poeta apresentou ao governo do Estado do Maranhão em 1894.

argumentação do presente artigo encontram-se no livro *Poesia e Prosa reunidas de Sousândrade*⁵. No conjunto destes artigos foram selecionados três aspectos que serão relacionadas à confecção do poema em construção *O Guesa*, épico escrito entre as décadas de 50 e 80.

No primeiro aspecto destacado, a principal preocupação do intelectual era a literatura, questões estéticas e poéticas, para ser mais preciso. Ainda com seus vinte e poucos anos, entre as décadas de 50 e 60, Sousândrade, nesses primeiros escritos jornalísticos, parece muito cioso sobre a recepção de suas obras poéticas, daí a citação no próprio corpo dos artigos de comentários feitos a obras suas e a sua *persona*. Este primeiro aspecto será tratado na parte intitulada *Sousândrade e a Atenas Brasileira*.

O segundo aspecto refere-se aos anos de 1888 e 1889. Nele é possível visualizar o engajamento político de Sousândrade na campanha republicana no Maranhão. Nesse sentido, é interessante notar o papel que o escritor atribui a si e a seus pares na condução política em direção à República. Da tribuna da imprensa, para Joaquim de Sousândrade, o modo de se chegar à República deveria ser o mesmo modo a que se chegou à Abolição,

através da “pressão *violenta* e pacífica da opinião pública, a convicção irrevogável da verdade”.⁶

O terceiro e último aspecto consistem em artigos que versam sobre a possível concretização do programa que o intelectual ofereceu ao governo do Estado do Maranhão, qual seja: a criação de uma Academia de Letras e Ciências, posterior Universidade Nova Atenas. Após a instauração do regime republicano, Sousândrade vai se dedicar exclusivamente a este propósito educacional. Dentro de seu projeto republicano de nação, o intuito principal era “elevar o nosso Estado” republicano que “requer o mais *amplo* derramamento das luzes de todos os conhecimentos científicos”⁷. O segundo e terceiro aspectos serão tratados na parte intitulada *Campanha republicana e posterior preocupação com a educação*.

Cabe notar que os cinco primeiros Cantos da edição definitiva d’*O Guesa* informam o ano de 1858. Não há neles nenhuma menção à queda da Monarquia e à campanha republicana. Embora já estejam presentes a valorização do espaço americano e uma crítica acintosa à condição dos povos indígenas presentes em solo nacional, não havia ainda uma ligação entre estas questões e

⁵ Organização de Frederick Willians e Jomar Moraes, *Poesia e Prosa Reunidas de Sousândrade*, São Luís, Academia Maranhense de Letras, 2003.

⁶ *Ibidem*, p. 504 [Friso nosso]. Sousândrade publicou este artigo no periódico *O Novo Brasil* em 30 de abril de 1889.

⁷ *Ibidem*, p. 504 [Friso nosso]. Sousândrade publicou este artigo no periódico *O Federalista* em 14 de julho de 1884.

os ideais republicanos que seriam defendidos pelo poeta na década de 80.

O entrelaçamento entre a estética romântica e a campanha republicana encampada por Sousândrade só começa a se concretizar no Canto IX da narrativa d’*O Guesa* o qual está datado com ano de 1871. Neste Canto, Sousândrade narra sua travessia junto de sua filha Maria Bárbara rumo aos Estados Unidos da América. “Perdido naufrago no mundo”:

*Para o errante desterro, para a luta
De extermínio, sou gladiador, eu sigo:
Coroas produz a terra, que sepulta;
E ao que dentro de si leva o inimigo,
E lhe arena o universo – em qualquer parte
Pugnam, cruzam-se os peitos aos destinos,
Já sangrando ao clarão do astro de Marte,
Já podendo ser surdos à força de hinos!*

Com o espírito atormentado, o *Guesa*-Sousândrade exalta o espaço americano, unindo os Andes ao rio Amazonas.

*Pátrias das calmas do equador, dos grandes
Rubis dos astros, das ardentes zonas
Do maremoto, dos vulcões dos Andes
Tronos do sol e os raios – Amazonas!
Amazonas! Ó mar mediterrâneo
Pressentido El Dourado de tesouros
Hóspede misterioso do oceano,
Pátria do mundo em séculos vindouros.*

Adiante em sua travessia pelo atlântico, Sousândrade passa pelas Antilhas, não sem antes se lembrar das atrocidades cometidas pelos conquistadores espanhóis e da escravidão. Mas será com o exemplo do México imperial ocupado pelos franceses que Sousândrade desferirá sua crítica ao

despotismo do Império brasileiro. Criticando o apoio dado por D. Pedro II ao Imperador Maximiliano de Habsburgo, Sousândrade assim canta.

*Cora, Brasil, do reconhecimento
Teu ao domínio do invasor estranho
No continente nosso; e em teu momento
Pensa no terror estólido e tamanho!
Mas, às festas do sangue e dos espólios
Dos lobos d’além-mar veem os jaguares
São-lhes próprias montanhas, capitólios;
Era guatimozin... mas é Juárez!*

Sousândrade termina a estrofe citando o republicano Benedito Juárez (1806-1872), o qual atuou na resistência contra os franceses e depôs o imperador Maximiliano em 1867. Na última estrofe do Canto IX, Sousândrade exorta o homem americano à liberdade.

*Quando dos povos a maioria
Reconheçam os reis; cada senhor
Veja-se em cada escravo; e a humanidade
Em si cada homem, realeza e amor!*

No Canto X⁸ d’*O Guesa*, que está datado com ano de 1873 e foi publicado em 1877 em Nova Iorque, Sousândrade já parecia nutrir certa simpatia pela república norte-americana, e noções como democracia e liberdade norteiam a narrativa inicial do Canto.

*Livre terra! Onde à luz da liberdade
Os raios Franklin subjugou dos céus;
Venceu Fulton do mar a tempestade;
E Washington disseras ser um deus!*

Ainda neste Canto, Sousândrade relembra seu encontro com o imperador Pedro II, o qual lhe teria negado uma concessão de bolsa de estudos⁹.

E tudo que dos homens só depende,

⁸ Os Cantos V, VI, VII e VIII foram publicados durante a década de 50 e 60.

⁹ No Canto VI, Sousândrade narra a sua ida ao Palácio de São Cristóvão para a realização de uma entrevista com o imperador. Esperando do monarca ilustrado a

*Foi-me contrário, o juízo, a lei, o foro;
Grau, que a todos a escola lhes concede,
Foi-me negado; a pública opinião
Julgou-me estranho; nos negócios quando
Sempre a consciência do íntimo decoro,
Os que a bolsa levaram-me, gritando
Apontaram-me p'ra mim, que era ladrão!*

Depois destas reminiscências, o poeta-Guesa continua seu caminho para além dos Andes, rumo à América do Norte, não sem antes proclamar o seu futuro glorioso.

*Ave César! Tu és vitorioso.
Eu o serei –
E o meu abrigo acharam
Não tenho mais refúgio sobre a terra?
- Às prometidas plagas nunca entraram
Os eleitos dos céus. Além da Serra,
É nos seios azuis da natureza,
Nas chamas dos vulcões, do sul nos grandes
Mares, ao ocidente, além dos Andes,
Que irá na glória descansar o Guesa!*

Em 1884, com a edição definitiva do poema, fechava-se o ciclo narrativo do épico. Jogando de modo criativo com os discursos das elites crioulas insurgentes envolvidas nos processos de independência da América Espanhola, sobretudo nos Cantos XI e XII d' *O Guesa* Sousândrade deixa explícita a sua luta pela implantação do regime republicano no Brasil. Cercado de repúblicas, o destino do Império brasileiro estava selado na narrativa d' *O Guesa*. No final do poema assistimos ao retorno do poeta-Guesa a sua terra natal. Em 1885, Sousândrade retorna definitivamente ao Maranhão.

Antes, porém, de ser analisada a atuação de Sousândrade no Maranhão de meados para fins do século XIX, vejamos o modo como se deu a inserção da província no Estado nacional então emergente.

Emancipação política e Identidade nacional

Em 1822 o Brasil conquistava a emancipação política do Império Português num processo cambaleante que se iniciara em 1820 com a Revolução liberal do Porto a qual, inicialmente, impôs o retorno de D. João VI a Portugal. Durante este período, à medida que recrudesciam os anseios monopolizadores das burguesias do Porto e de Lisboa representadas nas Cortes lisboetas, ganhava corpo, por parte da burguesia mercantil enraizada no Brasil, a ideia de separação política do território brasileiro. Como muito bem mostrou Gladys Sabina Ribeiro no livro *A Liberdade em Construção*, “ela foi muito mais obra do combate pela liberdade, que até o último momento se pensava em obter dentro da Nação portuguesa”¹⁰. Segundo a autora, a construção de significados para o termo Liberdade foi se transformando em “Causa Nacional” de fins do ano de 1821 e ao longo do ano seguinte, liberdade que foi se transmutando em

obtenção de um auxílio de estudos, seus sonhos acabam frustrados e, segundo a narração do poeta, ele-Guesa teve que vender os escravos para financiar os estudos na Europa.

¹⁰ Rio de Janeiro, Relume Dumará: FAPERJ, 2002, p. 45.

autonomia política em relação a Portugal. Em suas palavras: “Examinar o antilusitanismo no período é antes de mais nada debruçar-se sobre a busca de diferentes acepções e vivências da liberdade”¹¹.

Ou seja, a emancipação total forjou-se dentro de um processo histórico específico que culminou na declaração de independência do Brasil em setembro de 1822. Segundo a autora, que recusa as interpretações que colocam o problema na crise do sistema colonial, este processo consistiu em “disputas pelo predomínio econômico e pela conquista de mercados entre a burguesia enraizada no Brasil, por um lado, e os projetos de crescimento e fortalecimento dos negociantes lusitanos do Porto e de Lisboa, na época da Regeneração, de outro”¹².

Nesse momento, a elite interiorizada¹³ no sudeste que apoiava D. Pedro I optou pela via constitucional e monárquica, solução apropriada para a conservação da unidade do território. Porém, o governante deveria ser constitucional, respeitando representantes do legislativo e das províncias, o que não se concretizou com a dissolução da Constituinte em 1823. Diante de tal acontecimento, a autoridade do Imperador passou a ser

questionada, sendo sua figura ligada ao “ser português”, sinônimo de “absolutista”.

*A união de todos, motivada pela Independência, se esvaía. Desfazia-se frente a interesses divergentes e desorganizadores. Acusavam-no de projetar a união com o Governo Português. Os diferentes projetos das “facções” semeariam a discórdia entre os nascidos no Brasil e em Portugal.*¹⁴

A partir daí, “ser português” foi se transformando na adesão aos projetos do Imperador “absolutista”. Iniciava-se então a construção da identidade do “ser brasileiro” em contraposição a do “ser português”, o outro do qual era preciso se diferenciar. Importante ressaltar que esta construção ainda não se dava de modo sistemático, o que só viria a se solidificar a partir do final da década de 30, sobretudo com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838.

No entanto, este processo não pode ser visto de forma simplista. Há que se notar os interesses dissonantes dos negociantes “nortistas”, muito mais interessados em manter os vínculos com Portugal do que com a burguesia mercantil do Sudeste do Brasil. No Maranhão, caso que nos toca, os meses que sucederam a independência foram marcados pela resistência à autoridade constituída na

¹¹ *Ibidem*, p.21.

¹² *Ibidem*, p. 35.

¹³ Neste caso, ver *A interiorização da metrópole e outros estudos* (DIAS, 2009). Neste estudo, Maria Odila vai demonstrar como a vinda da corte com o enraizamento do Estado português no centro-sul daria início à transformação da colônia em metrópole interiorizada no Rio de Janeiro. Ver também *O Arcaísmo como projeto:*

mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia – Rio de Janeiro, 1790 – 1840 (FLORENTINO & FRAGOSO, 2001). Ambas as pesquisas vão questionar as interpretações correntes sobre o processo de independência no que diz respeito ao problema da crise do sistema colonial.

¹⁴ Cf. Ribeiro, op. cit., p. 85.

capital, nítido caso de fidelidade ao Império português¹⁵.

Assim, pode-se logo perceber que havia interesses locais divergentes no que diz respeito ao processo de independência. E mais: como será visto adiante com o exemplo da Balaiada, existiam anseios políticos conflituosos também em âmbito provincial. Desse modo, a sedimentação de uma nação moderna, com todo o seu aparato, exigia “novos instrumentos que assegurassem ou expressassem identidade e coesão social, e que estruturassem relações sociais”¹⁶. No Estado recém-independente era preciso representar uma sociedade inteira ou um “povo” inteiro. Nesse caso, Estado, nação e sociedade deveriam ser fatores de convergência.

Segundo Hobsbawm, “o conceito de ‘nação’ pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente”¹⁷, mais especificamente ao século XIX. Nesse caso, o que caracterizaria um povo-nação seria a representação de um interesse comum contra os interesses particulares, nação soberana fundada sobre os alicerces derruídos dos antigos reinos dinásticos de ordem divina¹⁸.

A transferência da soberania do rei para a nação exigia novas práticas políticas, tal como a associação voluntária de indivíduos

iguais na condição de cidadãos. No entanto, imaginários e práticas sociais do antigo regime persistiam no Brasil recém-independente. O Estado soberano, figura central do novo regime, teria que conviver com outros poderes de representação. Constituíam-se assim uma vida política híbrida, conflituosa, tipo particular de modernidade.

Como visto até aqui, durante as duas primeiras décadas após o processo de independência no Brasil, o qualificativo “ser brasileiro” solicitava a negação do seu oposto “ser português”. À medida que o imperador perdia o apoio das elites que o apoiavam, as confusões e tensões em torno da identidade nacional foram se intensificando até a abdicação em 1831. Era preciso erigir a nação em termos modernos. A criação de uma história pátria seria então de suma importância para tal projeto, afinal fazia-se necessário inculcar certos valores e normas, o que implicava certa continuidade em relação ao passado. No final da década de 30 do Oitocentos,

surgiram algumas obras de caráter histórico, cujo propósito consistia em não só ressuscitar, com fidelidade, o passado do Brasil, mas também em contribuir para a formação da mocidade brasileira, através

¹⁵ Marcelo Cheche Galves. *Ao público sincero e imparcial: imprensa e independência do Maranhão (1821-1826)*, Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2010.

¹⁶ Eric Hobsbawm, *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990, p. 338.

¹⁷ *Ibidem*, p. 19.

¹⁸ Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*, São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

*da inculcação daqueles valores julgados ao futuro.*¹⁹

Para entender melhor esta questão da construção da nação em termos modernos no Brasil recém-independente, vejamos o caso específico da inclusão da província do Maranhão no projeto de construção e sedimentação do Brasil enquanto nação soberana, relacionando-a ao caso da Balaiada.

Um Maranhão em construção

As revoltas do período regencial colocaram em pauta a reação ao poder centralizador, tanto no que diz respeito à relação de algumas províncias com a Corte enraizada no sudeste, quanto em termos locais.

A Balaiada foi uma revolta que teve início em 1838 e terminou em 1840, ano do Golpe da Maioridade que declarou D. Pedro II imperador do Brasil. Assim como as outras revoltas do período regencial, a Sabinada, a Cabanagem e a Farroupilha, a Balaiada teve um caráter multifacetado, uma vez que

envolveu fazendeiros liberais, escravos e camponeses livres. Ademais, esta revolta não se restringiu ao Maranhão, atingindo o território do que hoje conhecemos como Piauí e Ceará. Nas décadas seguintes, a Balaiada foi vista pela historiografia do Oitocentos como uma anomalia social, símbolo da barbárie que o Estado nacional moderno brasileiro pretendia extirpar de sua história oficial assim como de seu território.

Tanto os liberais quanto os conservadores do Império negavam à revolta qualquer papel político. Ambos se recusavam a considerar os rebeldes como dotados de uma visão política própria. Enquanto o conservador Gonçalves de Magalhães²⁰, que atuou como secretário da província do Maranhão entre os anos de 1838 e 1841, no intuito de justificar a atuação suprapartidária do seu chefe Luís Alves Lima, futuro Duque de Caxias, atribuía aos chefes liberais a responsabilidade pela revolta, o liberal João Francisco Lisboa²¹ atribuía ao despotismo dos prefeitos o acontecido e suas consequências.

¹⁹ Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, *A História para uso da mocidade brasileira*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p. 45.

²⁰ Gonçalves de Magalhães foi médico, professor e diplomata. Segundo alguns intérpretes, introduziu o romantismo no Brasil com a publicação em 1836 de seu livro intitulado *Suspiros Poéticos e Saudades*. O autor flertou também com o indianismo romântico, tendo o seu livro *A Confederação dos Tamoios* recebido patrocínio direto do imperador D. Pedro II. Sua produção intelectual não parou por aí: escreveu ainda importantes estudos antropológicos e históricos, dentre eles *Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840*,

trabalho que versa sobre a Balaiada e que recebeu a Medalha de Ouro do IHGB em 1847 e foi publicada na revista do instituto em 1848.

²¹ João Francisco Lisboa (1812-1863) foi historiador, advogado, político, mas ficou conhecido por conta de seus escritos acérrimos na imprensa. Fundou vários jornais onde propugnava ideias liberais e fazia análises nada imparciais sobre a realidade nacional e maranhense. Dentre os jornais fundados pelo publicista, encontra-se o *Jornal de Timon*. Por meio desta plataforma, Lisboa dissecou o processo eleitoral do Maranhão, recriminando sem pudor as práticas políticas então vigentes.

Como dito anteriormente, em 1838 era fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), centro das discussões e da produção de uma historiografia eminentemente nacional. A partir daí o reforço de uma memória negativa das convulsões sociais ocorridas durante o período regencial ganhou notoriedade, dada a necessidade de afirmação histórica do Estado nacional brasileiro. Eventos traumáticos como a Balaiada entravam em choque com a unidade nacional almejada pelas operações narrativas engendradas no âmbito da instituição na medida em que desvelavam a complexidade étnica e social da sociedade brasileira e suas contradições.

Em termos provinciais, esse cumprimento de um requisito básico para a entrada no cortejo civilizacional das nações ocidentais, a produção de uma história pátria, foi acompanhado de um propugnado “florescimento das letras, ciências e artes”²². O encadeamento deste raciocínio levou ao fortalecimento da construção da figura do maranhense, invenção que respondia a necessidades de definição dos traços singulares da formação da província.

Segundo Maria de Lourdes Monaco Janotti, no Maranhão, “às grandes catástrofes civis seguiam-se quase sempre períodos de

funda superação espiritual”²³. Não foi por acaso que o epíteto *Atenas Brasileira* para a província do Maranhão foi inventado na década de 40 do século XIX. A criação de tal qualificativo respondia a questões tanto endógenas quanto exógenas. Exógenas, porque pretendia-se incluir o Maranhão no projeto civilizacional imperial, participação que requeria um distintivo ilustrado, no caso, o reconhecimento do prestígio conferido pela atividade literária e intelectual. Endógenas, porque a invenção de tal distintivo cultural servia como uma imagem diferenciada em relação aos outros atores sociais que compunham a sociedade maranhense.

Segundo Rossini Corrêa, “a mitologia da *Atenas Brasileira* correlacionou o *principium sapientiae* grego, ao papel desempenhado pelo Grupo Maranhense no desafio de responder às exigências constitutivas de uma cultura brasileira”²⁴. Afinal, “o surgimento do Estado nacional, de inegável repercussão, instalou o Maranhão no roteiro do Brasil, exigindo que a província participasse dos percalços e sucessos da nacionalidade emergente”²⁵.

²² Maria de Lourdes Monaco Janotti, “Balaiada: Construção da Memória Histórica”, *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 41-76, 2005, p. 46.

²³ *Ibidem*.

²⁴ *A Atenas Brasileira: A Cultura Maranhense na Civilização Nacional*, Brasília, Thesaurus, 2001.

²⁵ Rossini Corrêa, *Formação Social do Maranhão: o presente de uma arqueologia*, São Luís, SIOGE, 1993.

Atenas Brasileira

Em relação a esta questão das operações narrativas levadas a cabo pelo Estado nacional emergente e pela elite maranhense ilustrada, a principal dimensão²⁶ que se deve destacar é a que diz respeito ao passado ibérico, passado este que engloba tanto a ação dos colonizadores quanto a presença jesuítica no contexto da empresa colonial portuguesa. Afora isso, fato importante foi a relação que estes atores históricos mantiveram com os povos indígenas ali presentes e os africanos trazidos com a finalidade de trabalhar na condição de escravos nas grandes lavouras.

Num plano nacional, pode-se dizer, grosso modo, que, a respeito das narrativas sobre os colonizadores, a situação é bem complexa e contraditória, pois, ora são valorizados, ora rechaçados. Ora são vistos como agentes civilizatórios, ora como detratores da terra, dos povos que aqui viviam antes de sua chegada. Dois pontos importantes no século XIX se entrelaçam nesse aspecto. Primeiro, a querela entre o “ser português” e o “ser brasileiro”, a identidade nacional que incipientemente se firmava nas duas primeiras décadas após a emancipação política de Portugal. A segunda, o indianismo romântico

que tendia a valorizar os símbolos da nacionalidade, tais como, os índios e a natureza, mas ao mesmo tempo encampava um projeto civilizatório levado a cabo pelas ações do Estado imperial.

No Maranhão, esse assunto se desenvolve de modo mais complicado, pois a província foi a última a aderir à independência, mantendo, no início, certa desconfiança em relação ao poder centralizador exercido pela burguesia mercantil do Rio de Janeiro. No entanto, sedimentado o caminho que daria ao regime imperial razoável estabilidade, cresceria na província a necessidade de participar de tal projeto nacional, inclusive, com o envio de muitos de seus filhos ilustres para a Corte.

No que toca à presença jesuítica, a balança parece pender para o lado positivo tanto no plano nacional quanto no provincial maranhense. Nesses casos, a presença jesuítica será vista como um alicerce cultural plantado pela Companhia de Jesus em solo nacional, desempenhando papéis considerados como civilizatórios. Daí parece decorrer o marco espiritual elevado do “homem da terra timbireense”. É preciso destacar que o papel desses atores será muito valorizado por uma grande parcela da intelectualidade do século XIX, sobretudo no que diz respeito a sua

²⁶ Digo principal, porque na década de 90 do século XIX ganhou corpo no Maranhão a ideia de que a cidade tinha sido fundada pelos franceses. No entanto, por conta do nosso recorte temporal, não cabe incluir tal discussão.

Nesse caso, ver *A fundação de São Luís e seus mitos* (2002) de Maria de Lourdes Lauande Lacroix.

relação com os povos indígenas. Mesmo Sousa Andrade não deixará de valorizar a ação dos jesuítas nesse quesito.

Quanto às questões econômicas, especial atenção foi dada à Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, empresa de inspiração pombalina que começou a funcionar em 1755 e tinha como escopo principal a centralização das ações do Império português na América. Tal centralização previa o esvaziamento do poder exercido na América portuguesa pela Companhia de Jesus. Em meados do século XVIII, os estadistas portugueses tiveram que encarar o grande problema da modernização. Nesse sentido, tornava-se claro para os governantes portugueses a necessidade de otimizar a eficiência governamental e o sistema produtivo do império para o país aumentar a sua influência num mundo cada vez mais competitivo. “A criação das companhias monopolistas e a legislação econômica de 1755 foram ações deliberadas do Estado para racionalizar a estrutura empresarial favoravelmente aos comerciantes nacionais maiores e estabelecidos”²⁷. Desse modo, a criação das companhias acabou por beneficiar elites autóctones na América portuguesa.

Tal fato serviria depois como símbolo de prosperidade econômica da província do Maranhão, fonte que proporcionou à elite aristocrática dos ramos do algodão e do arroz a possibilidade do envio de seus filhos para estudarem nas universidades europeias²⁸, principalmente Coimbra e também em Montpellier, Edimburgo, Paris e Estrasburgo.

Seriam estes filhos da aristocracia maranhense que formariam o que ficou conhecido como Grupo Maranhense (1832-1866), composto em sua primeira geração por Gonçalves Dias, João Lisboa, Sotero dos Reis, Odorico Mendes e Gomes de Sousa. Segundo o crítico literário maranhense Jomar Moraes, tal grupo daria ao Brasil,

*como expressão regional de vida literária, tão eloquente testemunha de cultura e talento, que logo justificariam, para nosso raciocínio afeito a comparações com valores do mundo greco-romano, o cognome de Atenas Brasileira.*²⁹

Este trecho da obra do crítico maranhense demonstra a naturalização do epíteto *Atenas Brasileira* como porta de entrada da província, via cultura, no contexto triunfal da civilização ocidental, no caso, da nação soberana emergente. No entanto, antes de prosseguir, é preciso fazer algumas ponderações a respeito da formação da elite maranhense no início do século XIX, assim

²⁷ Kenneth, Maxwell, *A Devassa da Devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil – Portugal, 1750 – 1808*, São Paulo, PAZ E TERRA, 2004, p. 41.

²⁸ Muito da mentalidade engendrada em tal contexto repercutiu no pensamento daqueles que mais tarde ensaiaram a modernização do Brasil em meados do século XIX. Do pensamento ilustrado de então, muitas

peculiaridades sobressaem, tal como associar aos estudos jurídicos de sua formação intelectual os conhecimentos científicos úteis à sociedade, muito próximo do pragmatismo racionalista dos ideólogos do Século das Luzes.

²⁹ *Apontamentos de Literatura Maranhense*, 2. Ed, Maranhão, SIOGE, 1977, p. 85.

como sobre sua relação com a intelectualidade sediada na Corte.

Primeiramente, ainda que a educação na Europa possa ser vista como elemento poderoso de unificação ideológica, não devemos generalizar e considerar esta elite como bloco homogêneo. Mesmo no que diz respeito à construção qualificativa do Maranhão enquanto *Atenas Brasileira*, havia dissensões importantes. A situação torna-se ainda mais complexa haja vista que a opção entre permanecer na província e partir pra Corte sempre foi uma questão premente para a intelectualidade maranhense da época, afinal

*as possibilidades de reconhecimento a caminho do nacional, estavam, com densidade superior, sob o monopólio do Rio de Janeiro, concentrando o conglomerado emergente de instituições do Brasil. Os atrativos reforçavam-se, pelas facilidades congregadas na capital do Brasil: os empregos e as subvenções oficiais, dependentes da convivência protetora com os gestores básicos dos poderes, sobretudo, o moderador.*³⁰

Por outro lado, a atuação provincial não impedia de modo algum o reconhecimento em âmbito nacional. Caso notório, é a

aceitação da autoridade de Odorico Mendes³¹ por parte de Gonçalves de Magalhães no texto publicado na *Revista do IHGB* em 1860 *O indígena perante a história*³². Bem assim, a fama nacional certamente não traria o apartamento dos intelectuais da sua província, mas sim o seu contrário, servindo como elemento de reforço da distinção cultural maranhense. É o caso de Gonçalves Dias, poeta e intelectual vinculado ao IHGB, que se tornou o grande símbolo da intelectualidade maranhense e nacional.

Dito isto, pode-se afirmar que existiam dois elementos muito importantes que aproximavam a elite maranhense da ordem imperial: a condução de um projeto civilizador e o “mundo da desordem”, mundo dos “movimentos alijados dos setores dominante”, o qual tendia a “colocar em risco as estruturas do regime político e social por meio de ideias de igualdade, embutidas aos pardos e pretos”³³. É o que se convencionou chamar de *haitianismo*³⁴, sinônimo dos fantasmas que assombravam a elite aristocrática brasileira,

³⁰ Cf. Corrêa, op. cit., p. 130.

³¹ Odorico Mendes (1799-1864) foi um político e intelectual maranhense. Durante a década de 20 publicou o jornal *Argos da Lei* o qual servia como plataforma de ataque ao jornal *Censor Maranhense* que era redigido por portugueses. Como deputado, atuou na oposição ao Império até a abdicação de D. Pedro I em 1831. Depois deste fato, ainda que estivesse imbuído de ideais republicanos, passou a apoiar a Monarquia Constitucional. Odorico Mendes também foi tradutor das obras de Virgílio e Homero.

³² Segundo Rodrigo Turin, o debate etnográfico levado a cabo no âmbito do IHGB tinha como finalidade última a investigação da história indígena, a definição de sua historicidade. Na falta de documentos históricos substanciais, os métodos possíveis de investigação eram

a arqueologia e a gramaticalização da língua indígena. Segundo o autor, estas operações tornaram possível a seleção de objetos familiares e sua posterior comparação com diversas outras culturas, inclusive, a dos antigos. Em suas palavras: “O modo como os acionavam, contudo, inscrevia-se no objetivo mais amplo de fazer valer as posições políticas e intelectuais que demarcavam o debate etnográfico imperial, cindido entre os promotores da catequese e aqueles que a negavam” (p. 136).

³³ Ilmar Rohloff de Mattos, *O Tempo Saquarema*, São Paulo, HUCITEC, 1987, p. 122.

³⁴ Chama-se *haitianismo* a política de isolamento econômico e diplomático da ilha caribenha por parte dos países da América após a revolução de escravos que deu ao país sua independência política em relação à França.

manifestadas nas sublevações que contaram com grande participação de negros, pardos e índios. Não se pode esquecer que no caso específico do Maranhão havia a memória traumática da Balaiada e, como muito bem frisou José Henrique Borralho, “a criação do epíteto da Atenas passou pela reordenação do Maranhão pós-independência aos quadros da nova configuração política do Império emergente, precedida pelos episódios da Balaiada”³⁵.

Desse modo, a partir da década de 40, a inclusão do Maranhão no projeto nacional de construção da nação soberana, projeto que tendia a destacar o geral em detrimento do particular, se deu a partir da criação de uma imagem diferenciada sintetizada na nomeação *Atenas Brasileira*, cognome que reunia “princípios de idealização clássica da civilização ocidental, acrescido dos exageros do romantismo nacional”³⁶. Como muito bem notou Rossini Correa:

*Mesmo contribuindo à unidade nacional, a sociedade maranhense, densamente elitista, combinando crescimento econômico e esplendor cultural, fabricou uma excepcionalidade consagrando-se como brasileiro, em consonância com o processo em elaboração, e distinguindo-se do conjunto em elaboração, pelo manuseio de uma superioridade espiritual, ao definir-se como Atenas.*³⁷

No entanto, esta fabricação do Maranhão como Atenas não pode ser vista de forma homogênea e isenta de contradições. Essa “criação mitológica não é fruto da elite, mas de uma parcela dela, atendendo a interesses, condições e situações muito específicas”³⁸.

Nesse ponto, João Francisco Lisboa é o caso mais emblemático. Voz dissonante, Lisboa entendia que tal construção da sociedade maranhense enquanto sociedade de Corte só podia ser vista de modo caricatural. Sem abandonar a concepção clássica de civilização, Lisboa ressentia-se do fato de sua província natal não contar com todo o brio contido no epíteto *Atenas brasileira*. No entanto, no prospecto do *Jornal de Timon*, Lisboa se refere aos atenienses modernos de modo a poder contar com seus auxílios financeiros e simbólicos:

Uma última palavra à feição de post-scriptum, para o qual muita gente costuma guardar o mais importante da missiva. Este pobre Timon, nosso contemporâneo, não possui eira nem beira, nem mesmo aquele confortável ramo de figueira que o seu ilustrado homônimo, o Misanthropo, franqueava com tanta generosidade aos cidadãos de Atenas cobiçosos de dar o salto da eternidade. Fica pois entendido que o seu jornal só poderá ser publicado, mediante o auxílio dos modernos atenienses, que como é claro e notório ao mundo inteiro, tanto desbancam os antigos na graça, no espírito, na liberalidade, na munificência, e em todos os

³⁵ *A Atenas Equinocial: a fundação de um Maranhão no Império Brasileiro*, Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2009, p. 34.

³⁶ *Ibidem*, p. 90.

³⁷ Cf. Corrêa, op. cit., p. 102.

³⁸ Cf. Borralho, op. cit., p. 209.

*mais dotes que caracterizam um grande povo.*³⁹

A partir da década de 50, o Maranhão começou a passar por uma grave crise econômica. Após a proibição do tráfico internacional de escravos, a província viu grande parte da sua mão de obra escrava ser vendida, através do tráfico interprovincial, para o sul do país. Ainda que na década de 60 tenha havido certa recuperação do comércio de algodão por conta da Guerra de Secessão nos Estados Unidos, a província jamais voltaria a viver a opulência das primeiras décadas do século XIX. Enquanto isso, a fabricação do Maranhão como a *Atenas Brasileira* seguia em frente.

Neste novo período, ao passo que o Segundo Reinado perdia o poder simbólico que antes gozara, abolicionistas, republicanos e positivistas conquistavam espaço nas trincheiras literárias e intelectuais. Do ponto de vista da relação entre as províncias e a Corte, surgiram novos “locais próprios para a legitimação e publicidade de novos grupos intelectuais”⁴⁰ e, “uma nova geração, marcada profundamente por uma situação de marginalização política”⁴¹, inseria-se no debate público e propugnava novas ideias e valores. É neste contexto que Sousândrade irá

atuar. Sua atividade intelectual insere-se neste complexo movimento de mudanças políticas, fazendo parte ativa dele.

Sousândrade e a *Atenas Brasileira*

Sousândrade transitou com bastante facilidade pela elite maranhense quando de suas voltas a sua terra natal assim como a partir de seu retorno definitivo em 1885. Herdeiro presuntivo de fortunas familiares, o escritor e poeta maranhense soube usar “de trunfos familiares, requintada escolarização autodidata e livre trânsito em redes de sociabilidade da elite nativa”⁴².

No Canto VI do épico *O Guesa*, Sousândrade tece uma relação entre as narrativas de Camões, Homero e a sua. Juntando amor pátrio e humanidade, o poeta maranhense aloca Camões no passado ao passo que dirige Homero ao futuro.

*E onde existe Camões? E aonde Homero?
Aquele em Portugal; e à humanidade
Este eterno guiando, que primeiro
As virtudes ensinam da amizade,
D'estados a união sincera e forte,
Sábida equidade aos príncipes soberbos,
E aqueles que a amor pátrio afrontam morte,
(Não ninfas) hão do lar os meigos verbos.
E Camões o passado, que se presa
Grandioso; a homereal grandiosidade
É presente, é porvir, é a beleza
Da Mulher-crença, do homem-divindade.
O Luso ensina a glória da obediência*

³⁹ Introdução e notas: José Murilo de Carvalho, São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 44.

⁴⁰ Lilia Moritz Schwarcz, *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993, p. 143.

⁴¹ Rodrigo Turin, “Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista”, *História da Historiografia*, v. 2, 2009, SBTHH/UNIRIO/UFOP.

⁴² Sergio Miceli, *Vanguardas em retrocesso: ensaios de história social e intelectual do modernismo latino-americano*, São Paulo, Companhia das Letras, 2012, p. 30.

*Do povo ao rei; nas frentes aos seus reis
Põe o Grego – é a ação, é a consciência,
São as eternas, são as vivas leis.*

O advérbio “onde” presente no primeiro verso citado dá ao nome de Camões uma noção estática. Sousândrade liga indiretamente ao Segundo Reinado, se o tomarmos como sucessor da empresa colonial portuguesa, a obra do poeta que cantou as conquistas do Reino de Portugal na epopeia *Os Lusíadas*. Por outro lado, o advérbio “aonde” também presente no primeiro verso dá à figura de Homero uma noção de velocidade, porvir. Joaquim de Sousandrade atrelava assim o seu épico à tradição clássica⁴³ com que parte da elite maranhense se identificava. Ainda no Canto VI, depois de passar pela Corte e ter uma entrevista com D. Pedro II no palácio de São Cristovão e retornar ao lar, o poeta-Guesa dirige a narrativa do seu épico para o futuro.

*Pediu minha alma aos céus, que a vida
fosse
A esses continuação d'aquele quadro:
Era a esposa celeste, a sempre doce,
Chama do lar, o lar sagrado.
E pelo ar, aos enlevos maviosos,
Azas de proteção vêm-se adejando
Com a lentidão espiritual dos gozos,
Em que amor é virtude, a arder estando.
Descredes vós da bemaventurança?
Não o Guesa. E ele à Voz dos céus
s'erguia
Qual quem chamado s'ergue à nova
esperança.
E futuro, ao futuro ele corria.*

No entanto, o futuro aí presente não estava ligado à derrubada da Monarquia e ao posterior projeto republicano de nação do poeta maranhense. Datado de 1852-1857, neste Canto futuro significa um projeto pessoal do “adolescente o Guesa” que tentara obter ajuda de custo para o financiamento de seus estudos e “tinha pressa de futuro e de ciência”.

Em 1866 saiu no jornal *O Publicador*⁴⁴ (Paraíba) a novela coletiva *A Casca da Caneleira*. Vários notáveis da província maranhense participaram deste empreendimento literário, inclusive Sousândrade. Interessante selecionar alguns dos personagens envolvidos na confecção da novela e tecer algumas considerações importantes sobre a rede de sociabilidade que Joaquim de Sousandrade estava tecendo no Maranhão deste período.

Dentre eles, destacamos, primeiramente, Antônio Henriques Leal, político liberal que participou como sócio correspondente do IHGB. Na década de 70 ele se dedicou a escrever *Pantheon Maranhense*. Servindo como instrumento legitimador de determinadas distinções sociais qualitativas de pertencimento social, esta obra constitui-se como um importante trabalho apologético sobre alguns membros da elite maranhense. Como notado atrás, o Maranhão estava

⁴³ Cabe notar que as primeiras traduções para o português das obras de Homero e Virgílio foram feitas pelo intelectual e político maranhense Odorico Mendes entre as décadas de 30 e 40 do século XIX.

⁴⁴ *Poesia e Prosa reunidas de Sousândrade*. Organização de Frederick Willians e Jomar Moraes. São Luís: Academia Maranhense de Letras (2003).

passando por uma grave crise econômica neste período. Nesse sentido, a publicação do *Pantheon* de Henriques Leal é sintomática na medida em que aponta para o reforço dispensado por parte da elite provincial maranhense para continuar se destacando mesmo num cenário de profunda crise.

O segundo de nossa lista é o jurista e poeta Gentil Homem de Almeida Braga, ao qual Sousândrade vai dedicar um artigo em 1868 n' *O Semanário Maranhense*, periódico que foi fundado por Joaquim Serra, jurista, professor, político e abolicionista. Em relação a Gentil Homem, cabe frisar que era padrinho de Maria Bárbara, filha única de Sousândrade⁴⁵.

O terceiro é Sotero dos Reis, professor, primeiro diretor do Liceu Maranhense, instituição de ensino secundário fundada em 1838, local onde se formou boa parte da elite local, como, por exemplo, o próprio Sousândrade. Os outros são: Joaquim Serra, Raimundo Filgueiras, Marques Rodrigues, Trajano Galvão, Dias Carneiros, Sabbas da Costa e Caetano C. Cantanhede, todos notáveis da província que exerciam funções, tais como: professor, advogado, médico e/ou cargos políticos e administrativos.⁴⁶

Neste período em que estamos nos detendo, ou seja, em fins da década de 50 e

início da de 60, momento no qual Sousândrade estava mais preocupado com questões estéticas e literárias assim como com a recepção de suas obras⁴⁷, o poeta parece possuir laços políticos e sociais sólidos. Movimentando-se com desenvoltura pela elite maranhense da época, o poeta tecia laços de sociabilidade, sociabilidade essa compreendida enquanto um conjunto de ações, percepções, práticas sociais que criam elos de pertencimento. E mais: a presença de Sotero dos Reis⁴⁸ neste empreendimento literário parece indicar certa permanência e prolongamento geracional.

No entanto, a presença de Joaquim Serra (1838-1888) e Gentil Homem de Almeida Braga (1834-1876) na composição da novela coletiva revela que a rede de sociabilidade que Sousândrade vinha tecendo neste período era bem heterogênea. Gentil Homem de Almeida Braga, por exemplo, estudou na Faculdade de Direito de Recife, local de influência na propagação das ideias científicas pautadas na biologia evolutiva, nas ciências naturais e na antropologia física e determinista. Joaquim Serra era abolicionista e em 1862 publicara uma obra de cunho positivista intitulada *Ordem e Progresso*. Assim como Sousândrade, a partir da década de 80 o político maranhense atuou, através de

⁴⁵ Sousândrade dedica o Canto IX d' *O Guesa* a Joaquim Serra e Gentil Homem.

⁴⁶ Neste caso, ver Borralho, op. cit.

⁴⁷ Me refiro aqui a *Harpas Selvagens* e a alguns Cantos d' *O Guesa*.

⁴⁸ Sotero dos Reis nasceu no província do Maranhão em 1800 e aí faleceu em 1871. O intelectual maranhense foi poeta, filólogo, gramático e jornalista.

imprensa, em diversos órgãos ligados ao movimento republicano.

Positivistas, abolicionistas e republicanos. Já em meados da década de 60 despontava em diversas províncias do Império uma jovem elite ilustrada acometida por forte sentimento de marginalização. Segundo Maria Tereza Chaves de Mello:

Esse sentimento foi um traço comum da “Geração 70” e o móvel de seu engajamento nas lutas políticas da década de 1880. Há um traço importante de união, uma comunhão de sentimento, entre a juventude ilustrada, civil ou militar: o pertencimento à escala superior da sociedade e a falta de oportunidades dentro do sistema. Uma refletida adesão à cultura democrática e científica de finais da década de 1880 e a frustração em não vê-la constituída como o cimento do progresso do país.⁴⁹

Com exceção de Joaquim Serra e Sousândrade, na década de 1880, todos os intelectuais envolvidos na novela coletiva *A Casca da Caneleira* tinham falecido. Joaquim de Sousândrade só voltaria de modo definitivo dos Estados Unidos da América em 1885, momento a partir do qual passou a participar ativamente na campanha para derrubar a Monarquia, dando sua contribuição a vários órgãos republicanos no Maranhão.

Na América do Norte, o poeta atuou como vice-presidente do jornal de linha positivista *O Novo Mundo – Periódico Ilustrado do Progresso da Idade*. Segundo

Mônica Maria Rinaldi Ascitti o periódico *O Novo Mundo* priorizava

a abolição da escravatura com argumentos de toda a sorte. O periódico buscava mostrar que reformas eram essenciais para que o país ingressasse no rol das nações “civilizadas”. Em seus propósitos reformistas, O Novo Mundo apresentava, de forma geral, diretrizes de oposição ao governo imperial, denunciando, entre outras, a política do mecenato e da troca de favores, e proclamando a necessidade de desvinculação entre as atividades política e literária.⁵⁰

Ainda segundo a autora, visualiza-se no periódico “a valorização da experiência da livre iniciativa e da modernização industrial, em uma chave que revela a importância do bem comum enquanto consequência da liberdade individual”⁵¹, tendo a linha editorial do jornal grande admiração pelos caminhos trilhados pela nação norte-americana. Em suma, revela-se que Sousândrade participou de um periódico com profundos anseios reformadores que se propunha a fazer apologia do progresso e dar publicidade aos possíveis desenvolvimentos científicos e tecnológicos do mundo ocidental, assim como discutir questões referentes à literatura.

Além disso, segundo Rossini Corrêa, Sousândrade se encontra entre os notáveis positivistas do Maranhão de fins do século

⁴⁹ Maria Tereza Chaves Mello, *Com o arado do pensamento: a cultura democrática e científica da década de 1880 no Rio de Janeiro*, Tese de Doutorado, PUC-Rio, Departamento de História, 2004, p. 38.

⁵⁰ Mônica Maria Rinaldi Ascitti, *Um lugar para o periódico O Novo Mundo (Nova Iorque, 1870-1879)*,

Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, Departamento de Letras, 2010, p. 109.

⁵¹ *Ibidem*, p. 36.

XIX, tais como Joaquim Serra, Gentil Homem d'Almeida Braga e Gomes de Castro. A filosofia positivista fundamentava-se em pelo menos dois pilares mestres: a evolução escalonada da história e o cientificismo. Embora as revoluções liberais do século XVIII e XIX e romantismo já tivessem habituado à intelectualidade brasileira à ideia de progresso, foi com o ideário positivista baseado no pensamento do filósofo francês Augusto Comte que esta ideia ganhou um conteúdo histórico e filosófico de fácil assimilação⁵².

De acordo com Ivan Lins, as ideias do intelectual francês Augusto Comte ressoaram em território brasileiro, “indo da crença no determinismo universal até a certeza da capacidade emancipadora do homem sobre a natureza”⁵³. Foi o positivismo que “de modo mais direto sistematizou a reação do espírito moderno contra a metafísica medieval”⁵⁴, buscando, em última instância, um perfeccionismo moral da humanidade. Nessa busca,

*a República entrava como fator essencial da transição orgânica para a fase final. Ela marcaria o início da transição, por superar a metafísica em que elementos externos (monarquias hereditárias com base no direito divino dos reis) ainda perturbavam a evolução humana. República deveriam ser verdadeiras comunidades, extensões da família.*⁵⁵

Seria muito simplista classificar Sousândrade como positivista. No entanto, não se pode negar que a atuação do poeta no periódico positivista *O Novo Mundo* foi de suma importância para o amadurecimento de seus ideais republicanos. Além disso, certamente a vivência na república norte-americana contribuiu para sua formação intelectual. No início do Canto X (1873-188...) d'*O Guesa*, Sousândrade narra sua chegada aos Estados Unidos da América. Tecendo loas à república norte-americana, o poeta destina ao jovem continente americano um futuro de liberdade.

*Presente-se que o ides: sois os lares
Da sacra chama pátria – Oh, creio e te amo
Jovem América ainda a delirares,
E mais de ti, portanto, é que reclamo:
De ti depende o mundo do futuro;
És o destino, e a ti prende-se o homem,
Qual a magia a estar de um verbo puro,
Que desdenha do erro, que a força o tomem.*

Nesse momento da narrativa, quiçá da vida do poeta-narrador, o termo liberdade já está atrelado inequivocamente à queda da Monarquia e instauração do regime republicano no Brasil. Pode-se afirmar que se inicia no poema a sedimentação da ideia de uma América republicana, a qual o Brasil terá que seguir se não quiser perder os rumos do progresso e da civilização ocidental.

*Da liberdade espero; da República,
Onde os erros debatem-se; da calma
Que sucede ao furor; da bela e pudica*

⁵² Cf. Mello, op. cit.

⁵³ Ivan Lins, *História do Positivismo no Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1967, p. 11.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 12.

⁵⁵ José Murilo de Carvalho, *A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 2007, p. 131.

*Mãe moral; do céu íntima em cada alma.
E do éden as serpentes que, mudando,
Com os séculos renovam-se, esmagadas
Serão da vencedora. Heis-me esperando,
Sim, do amor pelo Amor; das ignoradas
Causas do justo pelo Justo; e a crença,
Mas do dever pelo Dever, que em vida
Prende-me ao grande Todo e faz querida
A glória de existir sem recompensa.*

Campanha republicana e posterior preocupação com a educação

Os resultados fizeram alto, e esperam a ver se os que lhes tomam a vanguarda dão o passo avançado (consequência do 13 de maio) à revolução da paz. Que a segunda abolição seja feita, somente mais cientificamente na grande razão, no bom senso e na probidade humana, mais bela, enfim, do que a primeira.⁵⁶

Os artigos jornalísticos escritos por Sousândrade durante sua participação na campanha republicana no Maranhão referem-se sobretudo aos anos de 1888 e 1889. Importante frisar o fato dos mesmos trazerem em si a ideia preponderante de conciliação, e dentro desta ideia o temor não revelado de uma convulsão social, de uma turbulência política ao modo das repúblicas americanas de passado colonial espanhol. Propugnam mudanças, mas

mudanças com ordem. Assim, sua base deve ser a família cristã, a qual só poderia ser atingida através da *revolução da paz*, contando com a ajuda das igrejas que “falam aos povos, ditando-lhes a sabedoria, a honra, a cívica prudência e o respeito aos poderes instituídos”.⁵⁷

Além disso, almejam-se também “os ecos seculares, que alagam de divindade o coração brasileiro!”.⁵⁸ Faz-se menção a Tobias Barreto, jurista, poeta e integrante da Escola do Recife, grosso modo, grande propagadora das ideias evolucionistas. Os exemplos a serem seguidos são os do Chile e dos Estados Unidos da América (EUA), aquela por ser “a mais limpa nação americana, que não há negro e ao índio civiliza”⁵⁹, esta por conta da industrialização e do ascetismo protestante, que serve de contraposição diametral à fulguração inócua da grandiloquência imperial, daí às menções a Benjamim Franklin. Interessante notar a contraposição que Sousândrade constrói entre a República, sinônimo de luz, ciência e razão, e a Monarquia, o obscuro. “Passaram as trevas; entramos na luz”.⁶⁰

⁵⁶ *Poesia e prosa reunidas de Sousândrade*. Organização de Frederick Willians e Jomar Moraes. São Luís: Academia Maranhense de Letras (2003, p. 510 [Friso nosso]). Sousândrade publicou este artigo no periódico *O Novo Brasil* em 14 de setembro de 1889.

⁵⁷ *Poesia e prosa reunidas de Sousândrade*. Organização de Frederick Willians e Jomar Moraes. São Luís: Academia Maranhense de Letras (2003, p. 513 [Friso nosso]). Trechos selecionados de artigo que Sousândrade publicou no periódico *O Globo* no dia 27 de novembro de 1889.

⁵⁸ *Poesia e prosa reunidas de Sousândrade*. Organização de Frederick Willians e Jomar Moraes. São Luís: Academia Maranhense de Letras (2003, p. 504 [Friso nosso]). Sousândrade publicou este artigo no periódico *O Novo Brasil* em 14 de setembro de 1889.

⁵⁹ *O Guesa*. Introdução, organização, notas, glossário, fixação e atualização do texto da edição londrina, Luiza Lobo; Revisão técnica, Jomar Moraes. Rio de Janeiro: Ponteio: São Luís, MA: AML, 2012, p. 480.

⁶⁰ *Poesia e prosa reunidas de Sousândrade*. Organização de Frederick Willians e Jomar Moraes. São

Clama-se por democracia, por uma pátria de cidadãos unida por *contrato social* a ser alcançada através da “comunhão geral dos civilizados” que ao fim e ao cabo irá desembocar “nas manhãs da República, em nome dos Céus e da Pátria”.⁶¹

Depois de instituído o regime republicano, a preocupação do poeta se voltará para a educação. Segundo uma estrofe do penúltimo Canto do poema épico *O Guesa*:

*É do reformador a hora que bate,
Pelo educar severo da consciência
Que em si venera os seus, nem trai nem late
Qual o cão popular sem Deus nem crença.*

Para Sousândrade, um reformador moral, a família, a moral cristã e a educação terão papel preponderante de coesão social no seu projeto republicano de nação. Em artigo publicado na véspera do natal de 1889, o poeta delega ao poeta, ao cientista e ao artista suas devidas missões sociais:

*Cada qual em seu posto de honra:
que os literatos curem das universidades;
que os doutores sanifiquem as cidades,
desencantem os tesoiros desconhecidos da
natureza; que os lavradores inteligentes
façam florescer os campos da República;
que alevantem os científicos artistas o*

*capitólio de cada Estado e o central no lugar
mais sobranceiro.*

*A república é a cívica poesia: o
Natal de 15 de novembro, precisamente o
dia que principiam a dar festas, ficou
eternamente rindo do 25 de dezembro.*⁶²

Literato e poeta ciente de sua missão, ainda em dezembro de 1889, Sousândrade oferece ao Governador do Estado do Maranhão um projeto que propunha a transformação do Liceu Maranhense em uma Academia de Letras e Ciências.⁶³ Percebendo que seu projeto não tinha recebido a aprovação do governo estadual, em 1894 o poeta publica um artigo no qual defende o projeto previsto na constituição do Estado, qual seja: a implementação da Universidade Atlântida, posterior Nova Atenas. Nesse artigo, Sousândrade deixa bem claro sua preocupação com a modernização agrícola. Segundo o poeta:

*Emprestar à lavoura rotineira,
cujos resultados mal chegam para o
pagamento honesto dos braços livres, como
o pensava fazer o Império depois da
abolição? É continuar o ram-ram imperial:
melhor é dar educação agrícola antes.*⁶⁴

No intuito de transformar o seu Estado natal num “verdadeiro centro de

Luís: Academia Maranhense de Letras (2003, p. 512). Trecho selecionado de artigo que Sousândrade publicou no periódico *O Globo* no dia 17 de novembro de 1889.

⁶¹ *Poesia e Prosa reunidas de Sousândrade*. Organização de Frederick Willians e Jomar Moraes. São Luís: Academia Maranhense de Letras (2003, p. 513 [Friso nosso]). Trechos selecionados de artigo que Sousândrade publicou no periódico *O Globo* no dia 27 de novembro de 1889.

⁶² *Poesia e Prosa reunidas de Sousândrade*. Organização de Frederick Willians e Jomar Moraes. São Luís: Academia Maranhense de Letras (2003, p. 513). Trechos selecionados de artigo que Sousândrade

publicou no periódico *A República* no dia 23 de dezembro de 1889.

⁶³ *Poesia e Prosa reunidas de Sousândrade*. Organização de Frederick Willians e Jomar Moraes. São Luís: Academia Maranhense de Letras (2003, p. 513). Artigo publicado no periódico *O Novo Brasil* no dia 19 de dezembro de 1889.

⁶⁴ *Poesia e Prosa reunidas de Sousândrade*. Organização de Frederick Willians e Jomar Moraes. São Luís: Academia Maranhense de Letras (2003, p. 518). Trechos selecionados de artigo que Sousândrade publicou no periódico *O Federalista* no dia 14 de julho de 1894.

civilização”, o poeta publica um parecer sobre a viabilidade do projeto:

Se para a faculdade de Direito, a qual achará entre nós entre nós distintos professores de bom caráter, pouco despenderá a Universidade, além do edifício e do contrato de um professor para a nova cadeira de Direito Índio, o qual pediremos ao Chile, país único na América que tem a ciência da educação dos naturais, não acontece o mesmo com a Academia de Minas e de Agricultura (as que possível forem e são necessidades urgentes deste Estado), para as quais professores nos têm de vir do estrangeiro.⁶⁵

Neste trecho selecionado, Sousândrade atrela ao problema da modernização agrícola o lugar que os índios deveriam ocupar na República recém-instaurada. Contrário à imigração estrangeira como forma de resolução do problema da mão de obra no contexto pós-abolição, Sousândrade propõe a inclusão, via educação, dos índios no seu projeto republicano de nação. O Chile aparece aí como o país ao qual o poeta pretende pedir auxílio nesse quesito.

Nesse ponto, no último Canto d’*O Guesa*, o poeta deixa bem claro sua admiração pelo governo chileno. Ao passar por Valparaíso, ele assim canta:

*Pois, vinde ao porto do oceano amado,
Ó vós, que amardes o social sorriso
Num lindo povo a ciência exaltado,
Porque o Éden tereis em Valparaíso!
Oh, eu vos amo a paz e a liberdade
Únicos dons que um sábio perder teme,
Agrícola o progresso e a sociedade
A erguer palácios neste chão que treme
Ditosas terras, campos cultivados,*

*Cobertos de rebanho e loiro trigo;
E do vinhedo os odorantes quadros
Dos álamos flexíveis ao abrigo.
E o lar aceso é o coração candente
Do qual ao em torno achega-se a família
Nos frios dias de nevoeiro umentado
E o confessor não rompe-a e está tranquila
E aconteceu que enregelara o Guesa
Em Valparaíso, sem ter fogo em casa:
Para um filho do sol quanta tristeza
Nos úmidos salões sem lar nem brasa!*

Referências Bibliográficas

Fontes Primárias

- LISBOA, João Francisco Lisboa. *Jornal de Timon: partidos e eleições no Maranhão*. Introdução e notas: José Murilo de Carvalho. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SOUSÂNDRADE, Joaquim de. *O Guesa*. Introdução, organização, notas, glossário, fixação e atualização do texto da edição londrina, Luiza Lobo; Revisão técnica, Jomar Moraes. Rio de Janeiro: Ponteio; São Luís, MA: Academia Maranhense de Letras, 2012.
- WILLIAMS, Frederick. *Poesia e Prosa reunidas de Sousândrade*. Organização: Frederick Williams e Jomar Moraes. São Luís: Edições AML, 2003.

Fontes Secundárias

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ASCIUTTI, Mônica Maria Rinaldi. *Um lugar para o periódico O Novo Mundo (Nova Iorque, 1870-1879)*. Tese de Mestrado. Universidade de São Paulo, Departamento de Letras, 2010.
- ASSUNÇÃO, Matthias Rohring. “Histórias do Balaio: Historiografia, memória oral e as origens da balaçada”. *Hitória Oral*, 1, 1998, p. 67-89, Associação Brasileira de História Oral.

⁶⁵*Poesia e Prosa reunidas de Sousândrade*. Organização de Frederick Williams e Jomar Moraes. São Luís: Academia Maranhense de Letras (2003, p. 519). Trecho

selecionado de artigo que Sousândrade publicou no periódico *O Federalista* no dia 25 de julho de 1894.

- BORRALHO, José Henrique de Paula. *A Athenas Equinocial: a fundação de um Maranhão no Império Brasileiro*. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2009.
- CARVALHO, José Murilo de Carvalho. *A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CORRÊA, Rossini. *A Atenas Brasileira: A Cultura Maranhense na Civilização Nacional*. Brasília: Thesaurus, 2001.
- _____, *Formação Social do Maranhão: O Presente de uma Arqueologia*. São Luís: SIOGE, 1993.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. – 2ª Ed. – São Paulo: Alameda, 2009.
- GALVES, Marcelo Cheche. *Ao público sincero e imparcial: Imprensa e Independência do Maranhão (1821-1826)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2010.
- HOBBSAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. “Balaiada: Construção da Memória Histórica”. *História*, São Paulo, v.24, N.1. p.41-76, 2005, <http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a03v24n1>.
- LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. “A Criação de um Mito”. *Outros Tempos*, Vol. 2, p. 54-80, WWW.outrostempos.uema.br.
- LINS, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987.
- MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil – Portugal, 1750 – 1808*. São Paulo: PAZ E TERRA, 2004.
- MELLO, Maria Tereza Chaves. *Com o arado do pensamento: a cultura democrática e científica da década de 1880 no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. PUC-Rio, Departamento de História, 2004.
- MICELI, Sergio. *Vanguardas em retrocesso: ensaios de história social e intelectual do modernismo latino-americano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- MORAES, Jomar. *Apontamentos de Literatura Maranhense*. – 2. ed – Maranhão: SIOGE, 1977.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. “A História para uso da mocidade brasileira”. In: José Murilo de Carvalho (Organizador). *Nação e Cidadania no Império: Novos Horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *A Liberdade em Construção: Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- TURIN, Rodrigo. “Entre “Antigos” e “Modernos”: notas sobre os usos da comparação no IHGB”. *Revista de História*, Edição Especial, 2010, São Paulo, USP, <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19141>.
- _____, “Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista”. *História da historiografia*, Segundo Volume, 2009, SBTHH/UNIRIO/UFOP, <http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/4>.